

## **Proposições de Estratégia e Políticas de Desenvolvimento Alternativas para o Brasil no limiar do século XXI.**

Raphael Rodrigues de Oliveira<sup>1</sup>

### **Resumo**

No Brasil, a experiência do Partido dos Trabalhadores (PT) na gestão do Governo Federal durante os anos de 2003 à 2016, traz à tona a necessidade de se retomar as discussões sobre estratégias e políticas de desenvolvimento. Assim como das articulações políticas que resultam em coalizões que correspondem à determinadas estratégias, sobretudo considerando a assunção de uma nova coalizão política e estratégia de desenvolvimento, após este período. Dessa forma, segundo a experiência histórica acumulada tanto no aspecto teórico quanto da prática política, objetiva-se neste texto compreender os elementos que constituem, e as influências, da estratégia de desenvolvimento e da coalizão política deste período, o novo-desenvolvimentismo, e realizar uma análise que agregue elementos para a formalização de uma crítica propositiva à referida experiência, elencando os limites e as possibilidades para se pensar nas bases de uma nova estratégia de desenvolvimento, e coalizão política, para o período subsequente.

**Palavras Chave:** **Estratégia de desenvolvimento; Frente Neodesenvolvimentista; Novo-Desenvolvimentismo; Coalizão política; Estratégia de Desenvolvimento Alternativa.**

## **Proposals for Strategy and Alternative Development Policies for Brazil at the threshold of the twenty-first century.**

### **Abstract**

*In Brazil, the experience of the Workers' Party (PT) in the administration of the Federal Government during the years 2003 to 2016, raises the need to resume discussions about development strategies and policies. As well as the political articulations that result in coalitions that correspond to certain strategies, especially considering the assumption of a new political coalition and development strategy, after this period. In this way, according to the historical experience accumulated in both the theoretical and the political practice, this paper aims to understand the elements that constitute, and the influences, the development strategy and the political coalition of this period, the new developmentalism, and realize an analysis that adds elements to the formalization of a propositional critique of this experience, establishing the limits and possibilities to think about the bases of a new strategy of development, and political coalition, for the subsequent period.*

**Keywords:** **Development Strategy; neodevelopmentalist front; New-Developmentalism; Political Coalition; Alternative Development Strategy.**

### **Introdução**

No Brasil, a experiência do Partido dos Trabalhadores (PT) durante 2003 à 2016 na gestão do Governo Federal, e da estratégia de desenvolvimento e coalizão política associadas à este processo, denominada por novo-desenvolvimentismo e frente neodesenvolvimentista respectivamente, junto à assunção de uma nova coalizão política e de uma outra estratégia de desenvolvimento após este

---

<sup>1</sup> Economista e Mestre em Política Social (UFES), e Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE-UFU). E-mail: rodrigues934@hotmail.com.

período, traz à tona a necessidade de se retomar as discussões sobre estratégias e políticas de desenvolvimento, assim como das articulações políticas que resultam em coalizões que correspondem à determinadas estratégias. Essa temática, no âmbito da historiografia econômica, política, e social brasileira, percorre mais de meio século e abrange diversas áreas das ciências sociais aplicadas. Suas origens remontam às circunstâncias inerentes ao processo de industrialização desencadeado a partir da década de 1930 e associado à ideia de desenvolvimento e de desenvolvimentismo, e dos debates sobre a revolução brasileira pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), sob a influência de análise da URSS e que repercutiram no país.

Para o período mais recente, durante os anos 2000, o novo-desenvolvimentismo, se fundamenta enquanto uma suposta nova estratégia de desenvolvimento, diante do fracasso das políticas neoliberais executadas no país durante a década de 1990, e que busca se situar enquanto uma adequação ao denominado antigo-desenvolvimentismo, pela forma com que os países se situam no âmbito do sistema mundial no contexto contemporâneo. A perspectiva associada à frente neodesenvolvimentista, introduz a dimensão da ciência política à análise, caracterizando-a enquanto a base de sustentação sócio-política dos governos presidenciais associados ao novo-desenvolvimentismo. Faz uma associação aos acontecimentos da década de 1950 se referindo a atuação política do PCB e sua relação com o desenvolvimentismo neste período, refletindo para o século XXI, sobretudo a categorização de uma nova burguesia nacional (grande burguesia interna) e sua atuação de liderança na referida frente política.

Dessa forma, para se pensar em uma nova estratégia de desenvolvimento, é necessário ter em vista as limitações sócio-políticas e sobretudo materiais, que conformam a atual etapa histórica de desenvolvimento do capitalismo, e que também auxiliam a explicar a queda da frente neodesenvolvimentista e a ascensão da nova coalizão política e estratégia de desenvolvimento. Neste âmbito ganha centralidade as discussões sobre o padrão de acumulação financeira, e seus efeitos no Brasil para as burguesias e a dinâmica das classes sociais, e sobre o caráter da burguesia, a sua atuação histórica enquanto classe coesa e de interesses que, no geral, confluem.

Conforme essa experiência acumulada durante essa trajetória histórica, tanto no aspecto teórico quanto da prática política, e referendada pela literatura sobre o tema, neste texto objetiva-se compreender os aspectos da estratégia de desenvolvimento que remontam ao período do antigo-desenvolvimentismo e do novo-desenvolvimentismo, para extrair os aprendizados, e realizar uma análise que agregue elementos para a formalização de uma crítica propositiva à referida experiência, elencando os limites e as possibilidades para se pensar nas bases para uma nova estratégia de desenvolvimento no período daqui subsequente.

Além dessa introdução, o texto se estrutura dividido em outras três seções, em que a próxima discorre sobre as estratégias políticas do antigo-desenvolvimentismo e do PCB, em seguida são apresentados os elementos que conformam a estratégia associada ao novo-desenvolvimentismo e a frente neodesenvolvimentista entre 2003 e 2016, e a nova coalizão na liderança do Estado desde então, e por fim, é feita a análise das contingências e possibilidades externas e internas de abalo da atual coalizão no poder e de suas relações orgânicas internas e externas, levando em consideração as características do capitalismo contemporâneo baseado no processo de mundialização financeira, elencar um conjunto de proposições políticas e de política econômica que sirvam de base para uma estratégia de desenvolvimento alternativa, sustentada por uma nova coalizão política.

## **2. Estratégias políticas do antigo-desenvolvimentismo**

A história recente do Brasil expôs as limitações da estratégia de desenvolvimento organizada em torno da coalizão de sustentação política e social que foi estabelecida entre os anos de 2003 e 2016 pela articulação entre a denominada “(nova) burguesia interna/nacional”, movimentos sociais e trabalhadores organizados, e o partido político no exercício das funções do governo federal junto à um conjunto de partidos aliados.

Seja sob a perspectiva de uma grande aliança/pacto desenvolvimentista (Bresser-Pereira: 2002, 2003, 2006, 2010a, 2012a; 2012b; 2016), ou de uma frente neodesenvolvimentista (Boito Júnior: 2006a, 2006b, 2012a, 2012b, 2016a; 2016b), inicialmente cabe apontar que essa estratégia política de desenvolvimento, representativa dos governos que perpassaram o referido contexto, nas suas origens, se colocava enquanto uma alternativa ao que havia sido predominante no país desde meados da década de 1980 até a inflexão política ocorrida no início da década de 2000. Isto é, crítica às políticas neoliberais características do que se denomina Consenso de Washington<sup>2</sup>. Em perspectiva histórica e no que se refere às coalizões e estratégias políticas, entende-se que “Uma corrente de ideias não existe em abstrato e só faz sentido e justifica sua existência se for capaz de afirmar-se na prática antepondo-se a outra, como lembra a dualidade tese/antítese de Hegel” (Fonseca, 2004, p. 18), e também que:

Todo agrupamento político com projeto de dirigir uma sociedade costuma construir uma narrativa do passado para criticar o que deve ser mudado e justificar sua “tarefa histórica”. Tarefa que não pode ser apresentada como produto de interesses particulares, mas como expressão do interesse público de superar crises causadas, presumidamente, pelos grupos e projetos os quais devem ser substituídos (BASTOS, 2012, p. 1).

Ainda nessa conjuntura que marca o início do século XXI, tiveram bastante influência sobre as referidas teses e formulações teóricas que respaldavam a estratégia de desenvolvimento vigente, o novo-desenvolvimentismo, a identificação de semelhanças com elementos que remontam ao período

---

<sup>2</sup> Ver: (BATISTA, 1994).

do antigo-desenvolvimentismo e às formulações teóricas e atuação do então Partido Comunista Brasileiro, enquanto fundamentação e parte de sua estratégia política durante os anos de 1950 à 1964. Por isso, considerando que a história culmina na explicação do presente, e que existe, entre teoria e prática, conhecimento e transformação da realidade” (PRADO JÚNIOR, 2001, p. 5 - 6), é que se torna necessário “utilizar da arma última dos historiadores, a visão retrospectiva, para encontrar uma explicação convincente” (HOBSBAWN, 2009, p. 394).

Recorrendo à historiografia brasileira, sob diversos outros prenomes (nacional, clássico), o antigo-desenvolvimentismo, desde a fundamentação teórica à ação, consistiu em um conjunto de propostas de política econômica, originadas sobretudo diante das contingências externas derivadas da crise econômica mundial de 1929, e que se abateram sobre a economia brasileira desde a década de 1930 até o final da II Guerra Mundial. Repercutiu o dilema histórico da formação econômica, política, e social que a sociedade brasileira se defrontou neste período, entre permanecer sob uma estrutura agrária que ainda se encontrava interligada às estruturas da sociedade colonial e aos desígnios das oligarquias agroexportadoras<sup>3</sup>, ou então, a partir da conformação de uma estratégia nacional de desenvolvimento, direcionar à economia brasileira para uma transição rumo à industrialização do país mediante ações direcionadas pelo Estado em associação com o capital privado nacional.

Considerando momentos distintos e que são característicos do nacional-desenvolvimentismo desde 1930 à 1964, observa-se que as assimilações dos objetivos da estratégia de desenvolvimento, conforme as disposições da conjuntura e das forças políticas e sociais consideradas fundamentais e no direcionamento da estratégia, foram sendo progressivamente se efetivando. A trajetória da referida estratégia, corresponde à um período inicial de mobilização política e social que possuía a disposição objetiva de derrubar os elementos de sustentação da estrutura da denominada política do “café-com-leite”, identificando enquanto adversário político, e apeando por completo das estruturas do poder político e econômico e da liderança do Estado brasileiro, as elites políticas representativas da aristocracia rural paulista e mineira<sup>4</sup>. Então, passa à assumir uma perspectiva que lhe confere as bases de uma dinâmica direcionada ao desenvolvimento econômico fundamentada na mudança da estrutura

---

<sup>3</sup> Conforme Dreifuss (1982, p. 38), “corresponde aos capitalistas com interesses comerciais exportadores, latifundiários, e elementos da burguesia agrária, designando o círculo restrito das classes dominantes da velha república e que ainda eram economicamente poderosos durante a segunda república”.

<sup>4</sup> Bresser-Pereira (1987, p. 31): “O significado fundamental da Revolução de 30, que lhe confere uma importância extraordinária no quadro da história econômica, política e social brasileira, é o de ter apeado do poder a oligarquia agrário-comercial brasileira, que por quatro séculos dominou o Brasil [...]”. Bielchowsky (2004, p. 249): “ela teria quebrado a hegemonia política das oligarquias regionais, abrindo espaço para inserir novos atores no universo restrito das elites dirigentes do país”. Ianni (1991, p. 25): “Enquanto manifestação e agente das rupturas estruturais internas e externas, a Revolução implicou na derrota (não se trata propriamente de liquidação) do Estado Oligárquico”.

produtiva e na redução das vulnerabilidades externas, representada por uma política de substituição de importações que tem por referência de origem a já mencionada crise de 1929<sup>5</sup>.

Dito isso, cabe então assinalar inicialmente sobre aquilo que se conhece na literatura por desenvolvimentismo, em termos econômicos, enquanto:

[...] a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (FONSECA, 2015, p. 40).

Do ponto de vista da dinâmica política e social de uma estratégia de desenvolvimento, e que torna possível a execução das políticas econômicas e sociais de caráter desenvolvimentista (assim como naquilo que se refere ao grau de profundidade e intensidade dessas), estes acontecimentos caracterizam a transição desde elementos associados particularmente à lógica militar e à setores agrários regionais, para à explícita aliança entre setores da classe operária organizada e da burguesia nacional, sob a mediação da ação de governo e de Estado.

É essa coalizão atuou como base de sustentação política e social ao conjunto dessas políticas, refletindo o relativo consenso acerca da atuação estatal que conformou essa aliança (um pacto) e que resultou na frente política desenvolvimentista, que foi composta pela burguesia industrial (também denominada burguesia interna/nacional), trabalhadores urbanos (especialmente os organizados em centrais sindicais), movimentos sociais do campo, e partidos políticos, sob a liderança de um agente político. Logo, em termos de efetividade, ou seja, de possibilitar as condições para se colocar em prática as iniciativas que conformam a referida estratégia de desenvolvimento, requer-se a mobilização de setores das classes sociais que conformam uma coalização política representativa dessa parcela da sociedade que era identificada com essa via de desenvolvimento.

Portanto, de maneira ampliada, enquanto política e economia, o desenvolvimentismo deve ser entendido enquanto um “conjunto de ideias políticas e de estratégias econômicas que orientavam a industrialização acelerada no Brasil e a coalização de classes identificadas com o desenvolvimento nacional” (BRESSER-PEREIRA, 2012b, p. 1), e que “ia além de um simples ideário, mas emergiu como um guia de ação voltado a sugerir ou justificar ações governamentais conscientes [...] sem uma política consciente e deliberada não se pode falar em desenvolvimentismo” (FONSECA, 2004, p. 2).

---

<sup>5</sup> “O crescimento da economia brasileira, como função da exportação de produtos primários, mantém seu ritmo, embora entrecortado de oscilações e crises mais ou menos violentas até a grande crise mundial desencadeada pelo crack da Bolsa de Nova York em outubro de 1929, quando a brusca queda de preços dos gêneros primários no mercado internacional, e os do café em particular, inaugura um decênio de acentuado retrocesso, e abre uma nova fase da evolução econômica do país” (PRADO JÚNIOR, 2001, p. 106)

A estratégia de desenvolvimento que delimita a atuação dessa frente política, refletiu a perspectiva de política econômica marcada pela defesa do capital nacional a partir de diversas iniciativas promovidas pelo Estado em associação ao setor privado. Mais explicitamente, e como base de análise, ao que foi observado nos mandatos presidenciais de Vargas, caracterizados por “uma ideologia mais nacionalista e que, mesmo sem dispensar o capital estrangeiro, relegava importante papel ao estado para alavancar investimentos prioritários, demarcando áreas restritas para o capital nacional” (FONSECA, 2016, p. 120).

Outro elemento de importância e que remonta à este período, se refere ao principal eixo da referida articulação política e da estratégia de desenvolvimento, que foi a posição do PCB em atuar na promoção do estabelecimento de alianças com setores do então Partido Social Democrata (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), durante os governos presidenciais de Getúlio Vargas (1950-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1959), e João Goulart (1962-1964)<sup>6</sup>. O que aparentemente difere as perspectivas que serviram de base as premissas do antigo/nacional-desenvolvimentismo e do PCB, se encontram no objetivo final da estratégia política, sendo para o primeiro, o desenvolvimento do país pelas vias do capitalismo<sup>7</sup>, e para o segundo, o desenvolvimento do capitalismo como trajetória indispensável para se alcançar o socialismo no país.

Neste caso, a ideia de estratégia de desenvolvimento associada a estratégia revolucionária, repercute as dimensões do termo conforme formulado por Lênin após os marcos da Revolução Russa de Outubro de 1918, que sofreu alterações principalmente devido às diretrizes propagadas desde a III Internacional Comunista (IC) e do *boureau* do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) sob um viés de análise stalinista<sup>8</sup>, e após 1956, sob influência da experiência da revolução chinesa e do pensamento Maoísta no que se refere à separações e hierarquizações das contradições da sociedade brasileira (PRESTES, 2012, p. 20 - 21).

No âmbito revolucionário, que tem como objetivo final o socialismo, expressa a via pela qual deve ser canalizada as lutas sociais contra as estruturas capitalistas, de modo realista e concreto de acordo com a situação do país que está em questão, e suas relações com o plano político internacional. Assim como a forma de planejamento, organização, e orientação nesses embates, que resultem na derrota da burguesia e na implantação do novo sistema, em uma outra estrutura produtiva e social.

É definida enquanto uma análise de qual caminho seguir, de quais táticas utilizar para se alcançar um determinado objetivo final. Uma orientação geral em que é necessário considerar a realidade no tempo

---

<sup>6</sup> Mais sobre o período ver: (SKIDMORE, 1992); (CARONE, 1982); (PRESTES, 2007; 2012).

<sup>7</sup> Processo este que era entendido enquanto necessário para superar o atraso econômico do país e transforma-lo ao patamar dos países capitalistas modernos.

<sup>8</sup> Ver: (STALIN, 1924); (TROTSKY, 1930); (PRESTES, 2007; 2012).

presente, isto é, a disposição da correlação de forças e das classes sociais e a identificação dos principais adversários políticos e possíveis aliados.

Pazello e Ferreira (2017, p. 140-141) apontam os temas que foram necessários à Lenin no que entende-se por um programa socialista e a importância de se ter uma ideia clara sobre o objetivo final, o caminho que levará à este objetivo, representando, de forma precisa e adequada para um determinado momento, a situação objetiva para que então se direcione à execução das ações necessárias, e mais imediatas, para o momento. Em síntese:

As táticas políticas utilizadas, deve se adequar tanto a aspectos técnicos peculiares da ação expressamente realizada quanto a questões de cunho político mais geral, isto é, à sua coerência de acordo com a estratégia anteriormente formulada. No entanto, deve-se ter mais em conta a situação política imediata e adaptar-se a contextos que mudam mais rapidamente (PAZELLO; FERREIRA, 2017, p. 140).

Sob a representativa liderança popular de Luiz Carlos Prestes desde 1945, quando passou a ocupar o cargo de secretário geral do PCB em um raro contexto de legalidade (com ampla base social, especialmente entre os trabalhadores urbanos e organizados em sindicatos), embora tenha liderado outros movimentos importantes enquanto membro do partido (desde 1930) como a Aliança Nacional Libertadora (1935) e a União Nacional contra o nazi-fascismo e em defesa da transição política rumo à democracia (1945) (PRESTES, 2001; 2007), é na década de 1950 que o partido reorientou a direção de sua estratégia política para a mobilização e a participação em uma frente nacional-desenvolvimentista, conforme aqui já mencionado.

Naquele momento, o PCB passou a adotar uma postura de defesa à perspectiva de desenvolvimento capitalista de cunho nacionalista, aliando-se as supostas forças democráticas e progressistas da burguesia, refletindo de maneira evidente qual era a análise do processo revolucionário do ponto de vista do partido. A subordinação dos conflitos entre capital e trabalho em prol do desenvolvimento de um capitalismo nos referidos termos no Brasil, se baseada na interpretação de que, embora reconhecida a relação de exploração, seria de interesse imediato, para melhorar as condições de vida e de luta da classe trabalhadora, aliar-se a burguesia, com o objetivo de superar o atraso do país e a exploração imperialista (PCB, 1958).

A constituição dessa frente política espelhou a posição de setores sociais frente à interesses e visões sobre os caminhos a serem trilhadas para se alcançar o desenvolvimento do país, sendo internamente antagonica aos representantes do setor agrário, caracterizados enquanto parte de um regime econômico e político representativo de estruturas remanescentes de um sistema semi-feudal, e

externamente, aos representantes diretos do imperialismo, especialmente as empresas multinacionais<sup>9</sup>. Em outras palavras:

A separação das contradições e a sua hierarquização, levaram o PCB a justificar uma etapa específica dentro do processo revolucionário brasileiro, nos marcos da qual deveriam ser eliminados dois supostos obstáculos ao desenvolvimento da sociedade brasileira: o imperialismo norte-americano e as “relações de produção semifeudais na agricultura”. Reconhecia-se ainda a presença de uma terceira contradição, entre o proletariado e a burguesa [...] que não exige uma solução radical na etapa atual, sendo o desenvolvimento capitalista correspondente aos interesses do proletariado e de todo o povo (PRESTES, 2012, p. 21).

Sob essa ótica, era necessário que primeiro se iniciasse um processo de desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo para que então, diante das inevitáveis contradições inerentes ao sistema e à luta de classes, se consolidasse as condições objetivas e subjetivas que permitiriam o urgir da revolução socialista. Ou seja, representa um certo apreço a perspectiva tanto do desenvolvimento das forças produtivas, quanto do conteúdo estatal e nacionalista desse desenvolvimento, pelo PCB (PRESTES, 2012, p. 19 - 47). Pressionar o governo no sentido de garantir as reformas e as políticas econômicas e sociais nos termos de um capitalismo autônomo e nacional, ressaltando a importância do caráter da reforma agrária, e o posicionamento contra a postura entreguista e o imperialismo.

São estes elementos que conferem à virada tática da estratégia política do PCB, ao abandonar a luta armada e adotando o caminho pacífico e eleitoral, sem que se abandonasse o objetivo da revolução socialista, identificando os mencionados elementos enquanto constituintes de uma primeira etapa deste processo, a da revolução nacional e democrática. Considera-se portanto que:

Era forte a ilusão nas possibilidades de conquistar, através da pressão de massas, uma correlação de forças dentro do governo que permitisse a adoção de medidas capazes de assegurar o desenvolvimento de um capitalismo autônomo e democrático no Brasil. A partir de tal patamar previa-se que os comunistas poderiam abrir caminho para as transformações de caráter socialista no país (PRESTES, 2012, p. 21)

### **3. Novo-Desenvolvimentismo, Frente neodesenvolvimentista, e coalizão política na liderança do Estado pós-2016**

Retomando o contexto do século XXI, os elementos que nortearam a estratégia de desenvolvimento entre 2003 e 2016, no âmbito da elaboração teórica e de sua efetivação prática, se alteram em relação ao período anteriormente mencionado. Sob a denominação de novo-desenvolvimentismo, este arcabouço teórico e de ação remonta às estratégias de desenvolvimento referenciadas no antigo-desenvolvimentismo ao reconsiderar, no âmbito da estratégia e da política econômica, algumas questões circunscritas à associação entre Estado-nação e desenvolvimento econômico.

---

<sup>9</sup> Para um entendimento mais amplo sobre os vínculos entre a estratégia política do PCB e o Desenvolvimentismo ver: (CARONE, 1982); (PRESTES, 2012); (BIELCHOWSKY, 2004); (PCB, 1958).

Teve como ponto de partida, de acordo com Luiz Carlos Bresser-Pereira (principal expoente teórico e político dessa perspectiva), o entendimento de que as políticas propagadas no que se refere por Consenso de Washington e que foram aplicadas no Brasil durante a década de 1990, fracassaram nos seus objetivos, havendo então a necessidade de adequar (um *aggiornamento*) a estratégia nacional de desenvolvimento verificada durante as décadas de 1930 à 1980 conforme as disposições da conjuntura econômica e política, e da inserção brasileira no cenário internacional, no limiar do início do século XXI.

Sendo a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento o conjunto de medidas de política econômica preconizada por essa perspectiva (BRESSER-PREIREIRA; GALA, 2010), sua efetividade depende da existência de um arranjo sócio-político de sustentação dessa estratégia de desenvolvimento.

O contexto em que a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento e o próprio Bresser-Pereira inicia a divulgação dessas proposições, é marcado por uma suposta nova posição dos países subdesenvolvidos no âmbito do cenário econômico e político internacional. Essa situação foi interpretada conforme a possibilidade de fortalecimento do Estado-Nação, em que para tal, diversas classes sociais devem estar dotadas do sentimento de pertencimento àquela sociedade e ao projeto de desenvolvimento proposto. Por conseguinte, somente dessa forma seria possível conquistar possibilidades reais e concretas de competir de maneira equilibrada com as outras nações, principalmente as grandes potências (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Em comparativa histórica com o antigo-desenvolvimentismo<sup>10</sup>:

O grande acordo ou pacto nacional que se estabeleceu no Brasil, a partir de 1930, unia a nascente burguesia nacional industrial à nova burocracia ou aos novos técnicos do Estado; a eles se somavam os trabalhadores urbanos e setores da velha oligarquia mais voltados para o mercado interno, como a própria pecuária da qual Vargas se originava. Os adversários eram o imperialismo, representado principalmente pelos interesses ingleses e americanos, e a oligarquia agrário-exportadora associada. O acordo mais estratégico em um Estado-Nação moderno é aquele entre os empresários industriais e a burocracia do Estado, na qual se incluem os políticos mais significativos, mas também dele participam trabalhadores e as classes médias. Além disso, haverá sempre os adversários internos, de alguma forma identificados com o imperialismo ou com o neo-imperialismo de hoje, sem colônias e com os grupos locais colaboracionistas ou globalistas. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 10-11).

Dessa forma, para se criar um sentimento nacionalista, é necessário que diversos setores da sociedade construam um pacto em torno de um mesmo projeto de país, minimizando os conflitos e antagonismos de classe em prol deste grande consenso, pois todos os atores sociais se sentiriam responsáveis pela defesa do interesse da estratégia nacional de desenvolvimento, de um novo-desenvolvimentismo.

Isto é,

---

<sup>10</sup> Sobre as limitações comparativas entre o nacional-desenvolvimentismo e o novo-desenvolvimentismo ver: (FONSECA; MOLLO, 2013).

Empresários, trabalhadores, burocratas do Estado, classe média profissional e intelectuais podem entrar em conflitos entre si, mas sabem que têm um destino comum, e que este depende de seu êxito em participar de forma competitiva do mundo dos Estados-Nação [...] Envolve, portanto, um acordo nacional, o contrato social básico que dá origem à nação e a mantém forte ou coesa. É o grande acordo entre as classes sociais de uma sociedade moderna que permite que está se transforme em uma verdadeira nação, ou seja, em uma sociedade dotada de um Estado capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 10).

Com referencial teórico distinto, baseado nos escritos de Poulantzas (1978), a ideia de frente neodesenvolvimentista parte da comparação entre o “velho-desenvolvimentismo” e o papel da atuação do PCB e o Partido dos Trabalhadores (PT) para o contexto mais recente. Deriva da constatação sobre a relação entre os mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e Dilma Rousseff (2011 – 2016) e a “nova burguesia nacional”, sendo caracterizada por uma situação semelhante àquela que “os comunistas da década de 1950 imaginaram como solução para os problemas políticos e sociais do Brasil: uma frente ou aliança que unisse parte da burguesia brasileira ao movimento operário organizado” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 73 - 74).

No que se trata da efetivação da estratégia de desenvolvimento, a frente política denominada de neodesenvolvimentista, que sustenta as políticas referenciadas no novo-desenvolvimentismo, teria o objetivo de apelar do bloco no poder os representantes da frente política associada as políticas econômicas neoliberais.

A força política e social fundamental para alcançá-lo seria a denominada grande burguesia interna/nova burguesia nacional (dirigente da frente política), e ainda envolveria setores da classe trabalhadora (especialmente organizados em centrais sindicais) e os partidos aliados ao PT, enfrentando no processo político nacional o “campo neoliberal ortodoxo”, representado pelo seu adversário principal, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) o adversário principal. No âmbito das classes sociais - e essa é a hipótese de trabalho do referido autor - o capital financeiro internacional, parte da classe média urbana, e a burguesia compradora (a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada ao capital financeiro).

É o principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna/nova burguesia nacional para ascender politicamente no interior do bloco no poder<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> O autor indica que o Capital Financeiro Internacional comportaria os "conglomerados que unificam indústrias, bancos, serviços, sob o comando das finanças" (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 75), incluindo também os grandes proprietários de terra e a alta classe média também se incluem. A Grande Burguesia Compradora seria composta pelos grupos financeiros nacionais, empresas nacionais associadas à estrangeiras, empresas de importação e o próprio capital estrangeiro. A Grande Burguesia Industrial/Nova Burguesia Nacional, seria representada, particularmente, pelas grandes empresas que “processam recursos naturais, minérios, papel e celulose, do setor de gêneros alimentícios e etc” (BOITO JÚNIOR, 2006b, p. 251). “De forma a ser possível de apresentar essa questão pela aliança entre, de um lado, um setor politicamente hegemônico integrado pelo grande capital financeiro interno e estrangeiro, e um setor politicamente subordinado,

Ainda de acordo com Boito Júnior (2006a; 2006b; 2012b) a representação dessa fração de classe se daria a partir de empresas reunidas nos segmentos que o autor identifica como “os grandes industriais” e o “agronegócio”, bancos (embora com ressalvas), e construção civil, assim como entidades de representação empresarial (FIESP). Lista nominalmente essas empresas, adotando dois critérios diferentes: as 20 empresas que apresentaram o maior lucro no primeiro trimestre de 2005 no Brasil, associando este resultado à execução da política econômica durante o governo Lula até então; e considerando o ano de 2008, as 20 empresas com maior receita líquida e que possuíam atuação no exterior e participação no capital por parte do BNDES (ou do BNDESPAR) e dos Fundos de Pensão de empresas estatais (consta no capital acionário de 17 das empresas listadas). O argumento apresentado se fundamenta principalmente no entendimento da forma com que o governo e o Estado atuaram, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Ministério da Fazenda, junto aos setores e às empresas que representam essa fração de classe. A relação entre a política econômica e os interesses representativos da “nova burguesia nacional” seria observada na participação estatal no capital acionário, na execução de uma política econômica denominada de “caça aos dólares, e no fomento à expansão econômica, no âmbito nacional e internacional, dessas empresas.

É devido à este entendimento da política econômica e da frente política, que o autor então define a frente neodesenvolvimentista enquanto “a base ampla e heterogênea de sustentação da política de crescimento econômico e de transferência de renda encetadas pelos governos Lula da Silva e Dilma Roussef” (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 3)<sup>12</sup>, e o novo-desenvolvimentismo como o desenvolvimentismo da época neoliberal<sup>13</sup>, em outras palavras, “o projeto econômico, que expressa essa relação de representação política entre os governos Lula e a grande burguesia interna” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 68).

A razão central do esgarçamento das bases do neodesenvolvimentismo foi o rompimento do arranjo de sustentação sócio-político dessa estratégia de desenvolvimento, pela própria liderança dessa frente política. A partir de iniciativas patrocinadas por representantes da grande burguesia interna/nova burguesia nacional, durante o período entre o início do segundo mandato presidencial de Dilma Roussef e sendo acentuado durante o processo de impeachment no ano seguinte, contando com amplo apoio financeiro, institucional, publicitário, e logístico por parte da FIESP, além da atuação fundamental de dirigentes de diversas empresas representativas da nova burguesia nacional, frente às

---

integrado pela burguesia industrial voltada para exportação e pela monocultura de exportação” (BOITO JÚNIOR, 2006a, p. 279).

<sup>12</sup> “[...] Tanto no período populista e desenvolvimentista, quanto hoje, constatamos a existência de uma frente política ampla, policlassista e, de certo modo instável” (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 3).

<sup>13</sup> “Dentro do modelo capitalista neoliberal, os governos podem implementar uma política neoliberal ortodoxa, moderada ou, inclusive, uma política neodesenvolvimentista” (BOITO JÚNIOR, 2016a, p. 1).

ações da opinião pública, do poder político, do setor judiciário, para corroborar com o movimento de deslocamento de parte da coalizão sócio-política que sustentou a estratégia baseada no novo-desenvolvimentismo, impulsionando então uma nova coalizão e uma nova estratégia de desenvolvimento.

Essa nova coalizão que deriva dos acontecimentos mencionados, é formada diante de um contexto de crescente contestação do governo Dilma Roussef e de estagnação econômica, resultando na atração dos setores que constituíam a liderança da frente neodesenvolvimentista, isto é, a grande burguesia interna/nova burguesia nacional, o agronegócio, além de parte da classe trabalhadora urbana e da classe média, pela oposição política à estratégia baseada no novo-desenvolvimentismo. Inicialmente capitaneada pelo partido do então vice presidente da república Michel Temer e associado ao PSDB – representante do capital financeiro internacional na arena política -, e recentemente assumida pela base social que se materializa enquanto coalizão política de sustentação às políticas emanadas pela liderança do Estado, diante nos resultados das eleições presidenciais de 2018, e do mandato presidencial que se iniciou a partir de 2019, direcionando a política econômica conforme a representação dos setores sociais que sustentam a propugnada estratégia de desenvolvimento.

Em termos de política econômica, desde quando assume as funções no governo federal e passa a operar os instrumentos do Estado, tem se direcionado à uma acentuação do ajuste fiscal que é fundamentado, desde 2015, com medidas de contração dos elementos da demanda interna e de acirramento das restrições ao orçamento das políticas públicas e sociais, visando a recuperação da economia por estímulos no âmbito da oferta e através do reajuste de margens de lucro do setor público e privado do país. Todas sob o pretexto de corrigir os efeitos dos equívocos dos anos anteriores, mesmo que, desde então, não repercutiram em alcançar aquilo que se aponta pelos dirigentes da coalizão política pós-2016, na condição de *policy makers*, como objetivos: recuperação do crescimento econômico e dos níveis de emprego.

Portanto, este processo que desencadeou a assunção da atual coalizão política na posição de liderar o aparato Estatal, expressa de maneira histórica para o contexto contemporâneo, aquilo que Florestan Fernandes em 1968 classificou, ao caracterizar a burguesia de economias como a brasileira, por “verdadeira espinha dorsal do subdesenvolvimento, porque nenhuma categoria econômica da burguesia considera legítimo ou dispõe de meios eficientes para romper, em termos puramente econômicos, com o pacto sagrado [...]” (FERNANDES, 1968, p. 94).

É deste entendimento que se deduz os principais questionamentos às duas perspectivas apresentadas nessa seção. O esvaziamento histórico do papel da burguesia e a tentativa de separação dessa classe em frações de interesses por classificação setorial, nacionalidade, participação pública na composição acionária, ou no direcionamento de crédito, enquanto possíveis de serem antagônicos em termos de

política econômica, e sendo essa a possibilidade de um conflito de interesses que desencadearia a disputa de poder no âmbito do Estado, e o fator de atração de uma fração progressista dessa burguesia, para uma aliança política junto às forças progressistas e socialistas, no âmbito de um regime democrático.

#### **4. Contingências e proposições para uma estratégia de desenvolvimento alternativa**

Para se realizar as proposições que fundamentam uma estratégia de desenvolvimento alternativa<sup>14</sup>, é necessário preliminarmente ponderar sobre as condições e as contingências internas e externas de efetivação dos objetivos colocados por essa estratégia, de acordo com as circunstâncias apresentadas no âmbito da história contemporânea e a realidade brasileira. Conforme já mencionado, é com base em uma crítica propositiva às perspectivas apresentadas na seção anterior, e que remontam as teses que fundamentam a estratégia de desenvolvimento associada à experiência no governo federal por parte do PT, que este texto pretende fazer uma reflexão e apresentar elementos para constituir a formação de uma nova coalizão política que seja representativa de uma estratégia de desenvolvimento alternativa à atualmente no poder, e a do novo-desenvolvimentismo.

Por isso, é importante destacar que:

As promessas vazias de um desenvolvimento capitalista virtuoso que nunca se realiza não deixam margem a dúvidas. O verdadeiro resgate da tradição crítica do pensamento latino-americano passa pela superação de toda ilusão em relação à existência de uma solução burguesa para a tragédia do subdesenvolvimento e da dependência. O caminho da crítica encontra-se no polo oposto da perspectiva provinciana, das opções de classe e das escolhas teóricas dos neodesenvolvimentistas (Sampaio Junior, 2012, p. 686).

Iniciando pela apresentação das circunstâncias externas, é significativo ter uma compreensão dessas, em termos das transformações da dinâmica de acumulação capitalista em escala global. Na análise sobre estratégias de desenvolvimento e a dinâmica das classes sociais, constitui um processo histórico que gera efeitos nocivos às possibilidades daquilo que se propõe em uma estratégia nacional de desenvolvimento, sobretudo nos moldes apresentados pelo novo-desenvolvimentismo e a frente neodesenvolvimentista. Serve de aprendizado para a estratégia alternativa que este texto se coloca à refletir e propor sobre.

São muitos os autores que trabalham com a ideia de transformações cruciais no sistema capitalista a partir da década de 1970, que se consolidaram durante a década de 1990, e persistem, em certa medida, até os dias atuais. Essas mudanças são representadas pelas transformações do padrão de acumulação do sistema econômico<sup>15</sup>, nas bases de reprodução material do capitalismo em escala

<sup>14</sup> Um esforço recente nesse sentido foi feito no trabalho de ALMEIDA FILHO (2017).

<sup>15</sup> Também são importantes mas, no que se trata de uma análise mais apurada, acaba por fugir aos objetivos desse trabalho, cabendo apenas à menção: às alterações do paradigma produtivo, do *fordismo* para a produção flexível/*just in time* (*toyotismo*); à alteração da regionalização do espaço produtivo mundial, constatada pela “transferência” de cadeias globais

global, que resultaram no deslocamento da indústria enquanto *core* da acumulação e na consolidação da proeminência dos desígnios das instituições financeiras no funcionamento sistêmico, e na formulação e execução de políticas econômicas e sociais. E repercutem nas tentativas de reversão à tendência de queda das taxas de lucro observada nos países centrais durante o período 1970-1980, e da crise da dívida e de estagnação nos países subdesenvolvidos, situando o sistema capitalista diante da necessidade de se reinventar ao recorrer à outras formas de valoração contínua dos ativos econômicos, permitindo ultrapassar os limites colocados pelas contradições de seu próprio desenvolvimento baseado no paradigma econômico anterior.

Algumas instituições financeiras são consideradas inovações para o referido período<sup>16</sup>, e outras assumem uma nova dimensão em termos de *modus operandi*, tamanho, importância e capacidade de influência no sistema econômico, como eixo da acumulação<sup>17</sup>. Este movimento de contraposição das finanças em relação à indústria, tendo o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e de ativos financeiros como manifestação mais evidente, permitiu o surgimento de fundos e gestoras de investimento com influência significativa de mercado, do mesmo modo que reorientou a maneira de atuar e a própria essência de funcionamento, dos fundos de pensão. Para este último, o que a princípio se caracterizava como um instrumento de poupança para remuneração futura de seus assegurados, neste momento, acrescenta-se à sua atuação, a característica de utilizar os recursos poupança com o objetivo de obter uma máxima valorização resultante da alocação ótima desses recursos nos mercados financeiros. Ou seja, a partir de aplicações que se realizam dentro da lógica das bolsas de valores, dos títulos da dívida pública, dos derivativos, entre outros ativos financeiros.

Desse modo, “no centro do regime de acumulação, que tenta impor-se mundialmente, situam-se as novas formas de concentração do capital-dinheiro (em primeiro lugar, os fundos de pensão e os fundos de aplicação financeira)” (CHESNAIS, 2003, p. 48).

Os exemplos dessa transição se dão basicamente pelos efeitos das políticas de liberalização comercial, econômica, e financeira, impulsionada pelas inovações advindas do setor de Tecnologia de

---

e da estrutura produtiva desde países centrais em direção a Ásia; o fim da URSS e da Guerra Fria, que repercute na extinção do que era um obstáculo. Resulta na consolidação da nova ordem mundial alicerçada pela reafirmação da hegemonia norte americana, sobretudo pela sua posição no plano do capital financeiro (CHESNAIS, 1997).

<sup>16</sup> O processo de *financeirização* e de interconexão econômica dos países datam desde séculos atrás na história, durante o intervalo de tempo que compreende os anos após a primeira grande depressão (1865-1890) até o eclodir da Primeira Guerra Mundial (1914) em que “[...] a finança deixou de ser uma simples auxiliar da atividade das empresas e do financiamento de suas transações para tornar-se, então, a encarnação do capital enquanto propriedade, frente ao capital enquanto função” [...] Esta primeira hegemonia esgotou-se por ocasião da crise de 1929, que introduziu um novo período, denominado “compromisso keynesiano”. “Além do controle macroeconômico, estatal e centralizado, calcado no crescimento e no emprego, numerosas limitações foram impostas sobre as prerrogativas da finança [...] mas esse compromisso durou apenas o espaço de algumas décadas” (DUMENIL; LEVY, 2003, p. 32).

<sup>17</sup> “A pressão “impessoal” exercida pelos mercados financeiros sobre os grupos industriais, através do nível comparado da taxa de juros sobre os títulos da dívida e sobre o nível de lucros industriais, deu lugar a formas novas, bastante impositivas, de interpenetração entre “finança” e “industrial” (CHESNAIS, 2003, p. 50). Assim como a entrada de fundos de pensão e de investimentos financeiros no capital de grupos econômicos.

Informação que possibilitaram a expansão na geração e transmissão de informações financeiras em escala global, assim como o encurtamento do espaço de tempo entre esses atos. Alteram-se também as estruturas em que as políticas econômicas e a forma com que os países, em escala global, passam a se relacionar.

A isso veio somar-se uma dupla evolução: de um lado, um conjunto de inovações tecnológicas e financeiras esboçando aquilo que se convencionou chamar “nova economia”; de outro lado, o desenvolvimento de instituições financeiras, a exemplo dos investidores institucionais cuja influência sobre a economia é crescente. A combinação desses dois elementos – o desaparecimento de manifestações importantes da crise nos países avançados e o surgimento de novas tecnologias e instituições – desenha os contornos de uma nova fase do capitalismo (DUMENIL; LEVY, 2003, p. 15-16).

A repercussão dessas mudanças atinge a estruturação acionária das empresas e as práticas de atuação dessas no mercado, dada a intensificação da interligação que ocorre entre as firmas que se vinculam a atividades industriais com as instituições financeiras, bancárias e não bancárias, e a forma de atuação que essas passam a assumir. Dessa forma, expressam os aspectos desse novo regime de acumulação em que se torna, cada vez mais, fragmentada e dispersa do campo de atuação da própria empresa, o controle acionário da mesma<sup>18</sup>.

[...] instituições especializadas (antes pouco visíveis) tornaram-se, pela intervenção dos mercados bursáteis, as proprietárias dos grupos: proprietários-acionistas de um tipo particular que tem estratégias inteiramente submetidas à maximização de uma nova grandeza, o “valor acionário”. Correntemente designado pelo nome de “investidores institucionais”, esses organismos (fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimento) (CHESNAIS, 2005, p. 36).

É neste contexto que a grande maioria dos países do ocidente, após aproximadamente 25 anos desde os já mencionados acordos de *Bretton-Woods*, começam a operar a política monetária e cambial a partir dos preceitos do chamado “livre mercado”, ou seja, pela não intervenção na determinação das taxas de câmbio e de juros (e outras variáveis econômicas) por parte dos governos na execução da política econômica. O que se inicia como prática governamental basicamente em países como os Estados Unidos e o Reino Unido, dilui-se por todo o mundo como “a única forma” de fazer frente a estagnação e a crise de desemprego pelos quais os países centrais passavam, assim como à crise fiscal e inflacionária que acometia os países da América Latina.

---

<sup>18</sup> Isso é o que se poderia considerar a notável singularidade em relação ao primeiro período de hegemonia financeira localizada no início do século XX. Verifica-se à alteração da própria forma dessa hegemonia, que não se concentra apenas na atuação dos bancos, mas também no desenvolvimento de novas instituições financeiras e nas transformações das finalidades e dos métodos de atuação, e de maneira conjunta, em que se evidenciam as reestruturações de propriedade e da estrutura acionária de empresas de vários setores, com a participação de investidores que não possuem vínculo direto com a própria empresa que ela controla, em termos do segmento ou da área de atuação dessas empresas. Para uma discussão mais geral do processo de globalização financeiro e seus efeitos em termos de imbricações entre empresas de diversos setores e países, ver PIJL (1998).

Por isso, atribui-se o nome de mundialização ou globalização financeira a esse período da história do sistema capitalista que perdura até os dias atuais.

A expressão “Mundialização financeira” designa as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados. A abertura, externa e interna, dos sistemas nacionais, anteriormente fechados e compartimentados, proporcionou a emergência de um espaço financeiro mundial (CHESNAIS, 2005, p. 12).

No âmbito das contingências e possibilidades internas, a coalização social e política representativa da estratégia de desenvolvimento alternativa deve ser conformada de maneira expansiva aos mesmos setores sociais envolvidos na referida frente neodesenvolvimentista, considerando duas ressalvas centrais.

A primeira é a exclusão da ideia de grande burguesia interna/nova burguesia nacional, nos termos da tentativa de sua caracterização em contraposição ao capital financeiro internacional (grupos multinacionais, empresas do setor financeiro) e seus associados internos (a burguesia compradora). Isso porque essas tentativas carecem de solidez teórica e histórica conforme os aprendizados de dois determinados processos: 1) em termos materiais, os efeitos da já referida mundialização financeira, mas no que se trata do Brasil e de sua inserção na economia internacional; 2) em termos políticos e sociais, os aprendizados da experiência do golpe militar de 1964 e a reafirmação desses para o período recente.

Para o Brasil, historicamente, o processo de mundialização financeira mencionado anteriormente, significa a interrupção do processo de substituição de importações e a implementação progressiva de medidas de abertura comercial e financeira e de privatizações. Altera-se assim, a estrutura econômica do país forjada nos 50 anos entre 1930 e 1980, e a configuração da burguesia brasileira, no que se refere a estrutura da propriedade das empresas brasileiras, e enquanto classe política e social.

Além da origem da história brasileira constituir um episódio da história e da expansão do capitalismo mercantil europeu, os laços entre as classes dominantes locais e estrangeiras, assim como a inserção do capital estrangeiro em diversos setores estratégicos da economia brasileira, se desenvolveram ao longo dessa trajetória, e se acentuam diante dos referidos acontecimentos, ao ponto em que Miglioli (1999) afirma:

[...] também as diversas burguesias tendem a unificar-se. E isto em dois sentidos. Primeiro, a burguesia perde seu caráter setorial: ela deixa de ser industrial ou comercial ou bancária etc. para converter-se em burguesia "global", cuja característica principal é o fato de ela manter seu capital sob a forma financeira e investido em múltiplas atividades. Segundo, a burguesia também aplica (especialmente através do mercado de títulos) seu capital em diferentes países e assim se internacionaliza. Isto não quer dizer que as empresas se unificam e a concorrência entre elas se reduza na medida em que a burguesia se globaliza e internacionaliza [...] o domínio é exercido pela burguesia internacional como um todo, e não

mais por esta ou aquela burguesia nacional. Em segundo lugar, em suas relações com os países dominados as burguesias dos países dominantes já não estão apenas interessadas em extrair daí excedentes e transferi-los para as suas metrópoles; isto é coisa da fase de acumulação primitiva do capital. Trata-se agora de anexar os países dominados como se fossem extensões territoriais dos dominantes, mesmo que os primeiros continuem mantendo seus próprios nomes, hinos, bandeiras, línguas ou dialetos e seus prepostos locais. Neste processo, a ambição das burguesias dos países dominados é passar a fazer parte da grande burguesia internacional, se tiverem competência e capital para isso. (MIGLIOLI, 1999, p. 142).

Consequentemente, “reduz dramaticamente os graus de liberdade das burguesias das economias periféricas diante do capital internacional” (SAMPAIO JÚNIOR, 2007, p. 146), e que o desafio frente à essa conjuntura, portanto, é colossal e ao contrário do que se supõe, não haverá cooperação internacional por parte das vicissitudes do sistema e das classes dominantes.

Em termos políticos e sociais, o caso brasileiro ganha ainda mais destaque no que se trata de estratégias de desenvolvimento, pelo local de análise ser um país de condição colonial e mercado, até os dias atuais, pelas características do subdesenvolvimento<sup>19</sup>. Os efeitos resultantes deste processo atuam de forma acentuada para além do aspecto econômico, extrapolando para a dimensão da interpretação da realidade política e social que essas mudanças acarretam, e os impactos daí decorrentes, na organização das forças democráticas, populares e de esquerda, evidenciados nas teses sobre o novo-desenvolvimentismo e da nova burguesia nacional.

Assim, no âmbito das contingências internas, os acontecimentos do golpe militar de 1964, que se alongaram por 20 anos, manifestam, historicamente, a limitação política e social de haver uma coalizção entre partidos políticos localizados à esquerda e no campo progressista do espectro político, junto à uma fração da burguesia pretensiosamente classificada como “burguesia nacional/industrial”, quando se considera um sistema político democrático e um governo que se coloque à executar um projeto desenvolvimentista, isto é, a condição precípua para assegurar ao país e à generalidade de seu povo o conforto e o bem-estar material e moral que a civilização e cultura modernas são capazes de proporcionar” (PRADO JÚNIOR, 2001, p. 15).

Prestes (2012, p. 20) ressalta, com enfoque na atuação do PCB entre os anos de 1950 e 1964, que “não se percebia que a burguesia industrial brasileira havia se associado, em posição subordinada, aos grupos monopolistas estrangeiros, tornando inviável, como os acontecimentos posteriores acabariam revelando, qualquer aposta em um desenvolvimento independente para o Brasil”. A inviabilidade da conciliação de interesses representadas pela frente política associada ao projeto desenvolvimentista no contexto histórico que antecedeu o golpe de 1964, esteve ocultado até o limite

---

<sup>19</sup> “A adversidade do contexto histórico é agravada pelo fato de que o colapso da União Soviética e a crise do movimento socialista diminuíram dramaticamente o poder de barganha das economias periféricas na ordem internacional. Sem o “fantasma comunista” para intimidá-las, as nações hegemônicas passaram a exigir que os países dependentes se adaptassem incondicionalmente às suas exigências” (SAMPAIO JÚNIOR, 1997, p. 20).

de determinadas “condições”, então consideradas “aceitáveis” pelos segmentos sociais e estruturas de representação do poder econômico e político do país. À medida que se deparam com o que consideram “ameaças” aos seus privilégios históricos e representativos de sua posição social, a burguesia<sup>20</sup>, coesamente associada enquanto classe, reage de forma a não abrir mão dos privilégios determinados por sua posição social, executando, e sendo partícipe, de diversas práticas de cerceamento ao direito à participação e organização popular no sistema político e na sociedade.

Reação essa que torna evidente o observado apoio dado pela burguesia, sem distinção de setores, à tomada de poder pelas forças armadas, atuando como um dos pilares da ditadura militar-empresarial que governou o país por mais de 25 anos. E conforme aponta Miglioli (1998, p. 36), “a burguesia como um todo ou suas frações principais não tem escrúpulos em recorrer à ditadura a fim de impor sua vontade e assegurar seus interesses”.

Isto posto, o entendimento que se extrai do referido acontecimento histórico leva em consideração a maneira como impacta na trajetória histórica brasileira, no sentido econômico, político, e social, sendo assim caracterizado como um importante entrave à efetivação do seu processo de formação nacional, com base na constituição e consolidação das estruturas democráticas vis-à-vis o seu desenvolvimento econômico e social.

Então, sob essa perspectiva, pode-se considera-lo enquanto,

[...] um pobre testamento político dessas classes, que não souberam compreender as suas responsabilidades cívicas no momento mais crítico da evolução republicana: aquele em que elas se viram desafiadas a dividir a representação e o exercício do poder com as outras classes sociais [...] provando e comprovando que nenhum problema nacional poderá ser resolvido através de sua anuência e colaboração (FERNANDES, 1968, p. 181 - 182).

A segunda ressalva crítico-propositiva as teses que se referem à frente neodesenvolvimentista, é a própria ideia de coalizão considerando uma sociedade tão fragmentada e complexa como a atual. Partindo de uma concepção de que classe trabalhadora correspondente à “totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho, [...] e que são despossuídos dos meios de produção” (ALVES; ANTUNES, 2004, p. 336), é considerando sobretudo essa parcela da sociedade, nas suas condições de reprodução material e anseios, que as premissas da coalizão e a estratégia de desenvolvimento alternativa aqui proposta, devem se ater.

Em vista disso, mais que movimentos sociais, trabalhadores organizados, e parte da classe média urbana, a mudança social a ser alcançada pela estratégia de desenvolvimento alternativa, objetiva abranger setores sociais além da parcela que se encontra organizada em sindicatos e outras formas de

---

<sup>20</sup> “Se existem fundados motivos para um temor de classe (devido as tendência extremas de concentração social da renda e da preservação de privilégios econômicos, que redundam em barreiras sociais injustificáveis e intransponíveis, entre ricos e pobres), a intolerância e o pânico sistemáticos traduzem propensões de ajustamento, estrutural e dinamicamente inadequadas” (Fernandes, 1968, p. 94).

representação, e formalizada com carteira de trabalho ou CNPJ enquanto trabalhador por conta própria.

Este projeto social que se pretende colocar enquanto capaz de abalar a coalização que atualmente sustenta as posições que repercutem desde os espaços de poder político, e de formulação/execução de medidas de política econômica e social, deve também dar ênfase aos anseios da força de trabalho que está à margem da organização, da formalidade, e sobretudo do próprio mercado de trabalho. Ou seja, ter atenção direcionada à incluir o contingente populacional correspondente à parcela não organizada e não formalizada<sup>21</sup>, permitindo elucidar questões que não estão à vista com facilidade, quando se considera apenas a situação dos trabalhadores organizados/formalizados.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no trimestre encerrado em dezembro de 2018, a força de trabalho, era constituída por 105.19 milhões de pessoas as quais 12.19 milhões estão desocupadas, e 6.91 milhões constituem o grupo de trabalhadores subocupados por insuficiência de horas trabalhadas. Considerando os ocupados, no que se trata do setor privado e do trabalhador doméstico, aproximadamente um terço (16.03 milhões de 50.81 milhões) não possuem carteira assinada, e entre os trabalhadores por conta própria, de 23.84 milhões, 19.15 milhões não possuem registro de CNPJ. Fora da força de trabalho ainda ressalta-se os dados referentes à força de trabalho potencial e aos desalentados, sendo o primeiro grupo composto por um contingente de 7.86 milhões de pessoas, e o segundo de 4.70 milhões.

As relações e tensões inerentes à dinâmica entre o capital e o trabalho, expressa nos conflitos entre a economia política do capital e a economia política do trabalho<sup>22</sup> são importantes enquanto houver, e se estiver tratando de questões do capitalismo. E de maneira que não se vislumbra no contexto atual, perspectivas de mudanças nas contingências externas determinadas pela dinâmica da financeirização, a alternativa para a efetivação da ideia de coalizão e estratégia de desenvolvimento alternativa aqui proposta, se encontra no abalo das relações orgânicas inerentes a coalizão que sustenta a atual estratégia de desenvolvimento.

Identificando as políticas engendradas desde 2016 enquanto características do avanço da economia política do capital sobre a economia política do trabalho, a questão, devido à problemática da

---

<sup>21</sup> “A continuidade do movimento de formação do Brasil contemporâneo está ameaçada e ela só prosseguirá se as classes sociais interessadas na construção da nação tiverem a vontade férrea de levar a superação do capitalismo dependente às últimas conseqüência” (SAMPAIO JÚNIOR, 2007, p. 153).

<sup>22</sup> Uma forma de ilustração das tensões entre a economia política do trabalho e a economia política do capital é a célebre constatação de Marx acerca da conquista das 10 horas de jornada diária de trabalho na França na mensagem inaugural ao 1º congresso internacional dos trabalhadores em 1964. “A vitória da regulamentação das 10 horas de trabalho foi um sucesso prático, a vitória de um princípio, assim como a primeira vez em que a economia política burguesa era derrotada pela economia política da classe operária”.

mobilização dos setores sociais anteriormente mencionados, está em torno das possibilidades de se construir uma confluência de objetivos que se direcione para a união para na intervenção política e social, que resulte em abalos na estrutura interna da coalizão atual de forma a desassociar parte da classe trabalhadora junto à instituições e representantes da burguesia. É neste quesito que a problemática da mobilização social se torna mais evidente.

Dada a complexidade e a diversidade inerente à própria classe trabalhadora, as antigas formas de mobilização e luta, organizadas em torno de um determinado partido ou de uma liderança, atualmente requerem um esforço maior para o encontro de causas estruturais e sistêmicas, que permitam uma confluência de forças e representatividades sociais dos referidos setores pretendidos.

Meio ambiente, liberdades individuais, mobilidade urbana, economia popular e solidária, novos paradigmas de desenvolvimento econômico e inovação, emprego e renda, são exemplos de espaços de atuação e que constituem elementos diretamente associados as formas de vida e de reprodução material especialmente da classe trabalhadora, e daqueles que se encontram à margem da formalidade e do mercado de trabalho. Afetam a parcela organizada e desorganizada da classe trabalhadora, que anseia por melhorias nas suas condições de vida e de seu entorno, que não necessariamente faziam ou fazem parte das coalizões anterior ou atual, e que se deve ter o enfoque redobrado por parte da coalizão representativa da estratégia de desenvolvimento alternativa, de forma à capacita-las na expansão da capacidade de atuação nas suas pautas reivindicatórias, buscando inseri-las na coalizão sócio-política de sustentação da estratégia de desenvolvimento alternativa.

Concluindo, cabe apontar o conjunto de medidas à constituírem um programa mínimo de curto prazo, como representativo das demandas e lutas a serem estabelecidas por coalizão.

É importante ressaltar que em 2019 o país está no 5º ano consecutivo de iniciativas políticas, e de política econômica, orientadas à ajustar a economia através de medidas voltadas à estímulos no âmbito da oferta da economia (*supply side economics*) e flexibilização de direitos, como por exemplo a aprovação da nova legislação trabalhista (lei nº 13.467/2017), as medidas de reforço de caixa por parte das empresas e instituições públicas (via política de preços e de desinvestimentos), e de contração dos elementos que constituem o lado da demanda da economia, o consumo das famílias, a despesa pública corrente e não financeira, e o investimento, sobretudo a partir de iniciativas de cunho fiscal.

Logo, as principais propostas desse programa de base da estratégia de desenvolvimento alternativa, deve ter como enfoque à retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico, a partir de políticas de estímulo aos referidos elementos que constituem a demanda interna da economia, e especialmente ações que se direcionem à efetivação dos direitos consagrados, e que nem chegaram

perto de serem cumpridos desde à sua publicação,<sup>23</sup> no Artigo 6º da Constituição Federal de 1988, que versa que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição” (BRASIL, 2015).

Ainda em termos de matéria constitucional ressalta-se a importância da revogação da Emenda Constitucional nº 55/2016, que trata do novo regime fiscal, reformulação na lei de responsabilidade fiscal principalmente no que se refere a capacidade de financiamento dos entes federados e das relações entre o Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil, e também ter posicionamento contrário à reforma da previdência nos termos que está no texto enviado ao Congresso Nacional, a PEC 06/2019.

As proposições de política e de política econômica que se direcionam à esses objetivos, além de requerer uma capacidade de mobilização dos já referidos setores que constituíram enquanto base sócio-política a coalizão pretendida, visam a retomada dos investimentos sociais enquanto motor do crescimento, com centralidade à projetos vinculados à área da construção civil, infraestrutura logística e sanitária, e a construção de aparelhos públicos vinculados à políticas sociais, a atuação do BNDES no financiamento do investimento público e privado (durante estes 4 anos de ajuste fiscal, o banco foi saneado e não pode a sua operacionalidade, essencial para o desenvolvimento econômico do país, ficar à mercê de supostas auditorias retóricas), e a recomposição do balanço patrimonial do Banco Central, sobretudo no que se trata da relação entre a expansão dos ativos externos e das operações compromissadas (que compõem o passivo não monetário) vis-à-vis a gestão da dívida pública de longo prazo, e o refinanciamento da dívida dos estados (desde que a folga em termos correntes com o alongamento dos prazos de vencimento, seja direcionada à projetos e iniciativas de investimento, podendo ser complementadas por aportes do BNDES, com o objetivo de gerar dinâmica econômica e regional).

Ainda que não se vislumbre essas possibilidades, cabe apontar com base em Chesnais (1997, p. 37) que, essas proposições podem ser consideradas “utopia hoje certamente, mas quem viver verá [...] Sobretudo e finalmente, é necessário dar a si mesmo e aos outros uma perspectiva que mereça que se lute por ela”. Coube aqui fazer o trabalho de síntese das experiências de formulação e ação de estratégias de desenvolvimento que percorreram a história do Brasil sob o discurso de promover um desenvolvimento econômico e social autônomo para o país. E, a partir destes entendimentos, dar início às reflexões para o período posterior, considerando os aprendizados extraídos das referenciadas

---

<sup>23</sup> Cabe apontar que a constituição federal de 1988 que consagra diversos direitos sociais, sofreu uma série de emendas, sobretudo as que afetam diretamente a capacidade de financiamento das políticas sociais necessárias à efetivação desses direitos.

experiências de estratégia de desenvolvimento, e as condições externas e internas em termos das disposições e objetivos atuais, de uma estratégia alternativa, dentro da dinâmica sócio-política das classes sociais.

### **Considerações Finais**

Este texto teve o objetivo de remontar às estratégias de desenvolvimento e coalizões políticas que fundamentaram os direcionamentos de política econômica e social, fizeram parte das discussões teóricas e políticas do país desde a década de 1930, em particular durante os anos de 1950 à 1964, e que retornam à discussão, sob algumas reorientações no sentido do novo contexto histórico e das características da economia e da sociedade brasileira no século XXI. Essas teses contemporâneas, associadas à defesa de uma grande aliança nacional, um pacto desenvolvimentista, e da frente neodesenvolvimentista sob liderança da nova burguesia nacional, influenciaram à experiência prática no âmbito da presidência da república por parte do Partido dos Trabalhadores entre 2003 e 2016 e a sua estratégia de desenvolvimento, associada ao novo-desenvolvimentismo.

Por seu próprio pressuposto, essa coalizão política no que se trata da categorização e da participação e o papel da grande burguesia interna/nova burguesia nacional, teve explicitada a sua fragilidade teórica e material, diante da observação de serem os próprios representantes dessa fração de classe, um dos principais articuladoras da nova coalizão sócio-política de sustentação à estratégia de desenvolvimento em efetividade pós-2016, e que se consolidou nas eleições presidenciais de 2018.

Foi enfatizado que este equívoco resulta da não observação, por parte dos autores que representam as referidas teses, e daqueles que atuaram no âmbito político do aparato estatal, do sentido histórico dos acontecimentos do golpe de 1964, e principalmente dos impactos do processo de mundialização financeira (financeirização), que reforçam os entendimentos sobre o caráter e os objetivos da burguesia enquanto classe de interesses unívocos, e impossibilitam a disponibilidade de meios, por parte de qualquer fração da burguesia em romper com o referenciado pacto sagrado de classe.

Isto é, não se ativeram, as referidas iniciativas teóricas e políticas, ao que, concordando com Fernandes (1968), remetem aos elementos “que melhor permitem caracterizar a burguesia das economias capitalistas dependentes”, especialmente nos marcos do capitalismo contemporâneo, conforme aqui exposto, tendo por base as análises de Chesnais, Dumenil e Levy, e Miglioli.

Enfim, sob uma perspectiva crítica e propositiva, apontou-se para os elementos que representam a tentativa que objetiva a reorganização de uma coalizão que busque implementar políticas econômicas e políticas sociais opostas as que vem sendo executadas desde 2015, colocando a tarefa da construção de uma estratégia de desenvolvimento alternativa à referida experiência desenvolvimentista e a estratégia de desenvolvimento atual, devendo-se, os partícipes e entusiastas dessa possibilidade,

buscar o apoio dos mesmos setores que conformavam a frente neodesenvolvimentista, com a exceção da nova burguesia nacional, e considerando a ampliação dessa base com a inclusão de setores marginalizados da organização sindical e de movimento social, da formalização do trabalho, e do próprio mercado de trabalho, e que mesmo assim se defrontam com as dificuldades da reprodução da vida e material, características do sistema econômico e de suas realidades concretas.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA FILHO**, Niemeyer. Desenvolvimentismo Transformador. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. v. 48, p. 46 – 58, set./dez. 2017.
- ALVES**, Giovanni; **ANTUNES**, Ricardo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociedade**, v. 25, nº. 87, p. 335-351, mai./ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 19/01/2019.
- BASTOS**, Pedro Paulo Zaluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, v. 21, Número Especial, p. 779 – 810, Campinas, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea04.pdf>>. Acesso em: 01/02/2019.
- BATISTA**, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latinoamericanos. Disponível em: <[http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq\\_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf](http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf)>. Acesso em: 29/11/2018.
- BIELCHOWSKY**, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930 – 1964). Rio de Janeiro: ed. Contraponto, 5ª edição, 2004.
- BOITO JUNIOR**, Armando. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. In: Gerardo Caetano. (Org.). **Sujeto sociales y nuevas formas de protesta em la história reciente de América Latina**. 1 ed. Buenos Aires: Clacso, v.1, p. 271-297, 2006a.
- \_\_\_\_\_. A burguesia no Governo Lula. In: Eduardo M. Basualdo y Enrique Arceo. (Org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes – tendências globales y experiências nacionales**. v. 1, p. 237-265, Buenos Aires, 2006b.
- \_\_\_\_\_. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. **9º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas**. São Paulo, 2012a. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16866>>. Acesso em: 23/02/2019.
- \_\_\_\_\_. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: **BOITO JUNIOR**, Armando; **GALVÃO**, Andréia (Org.). **Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo. Alameda, p. 67 – 104, 2012b.
- \_\_\_\_\_. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista**, n. 42, p. 155-162, 2016a.
- \_\_\_\_\_. Uma crise no caminho do neodesenvolvimentismo. **Revista História e Luta de Classes**, v. 12, p. 83 – 95, 2016b.
- BOITO JUNIOR**, Armando; **SAAD-FILHO**, Alfredo. Brazil: the failure of the PT and the rise of the “new right”. **Socialist Register**, 2016c. Disponível em: <<https://socialistregister.com/index.php/rv/article/view/25598>>. Acesso em: 07/02/2019.
- BRASIL**. **Emenda Constitucional n. 90. 2015**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm)>. Acesso em: 15/02/2019.
- \_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional n. 95**. 2016. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=540698&id=14374770&idBinario=15655553&mime=application/rtf>>. Acesso em: 13/02/2019.
- \_\_\_\_\_. **Lei n. 13.467/2017**. Disponível em <<https://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=17728053&id=17728058&idBinario=17728664&mime=application/rtf>>. Acesso em: 12/02/2019.
- BRASIL**. **Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda Constitucional n. 06/2019**. Disponível em:<[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1712459&filename=PEC+6/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1712459&filename=PEC+6/2019)>. Acesso em: 05/03/2019.

**BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos; **NAKANO**, Yoshiaki. Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade. **Revista de Economia Política**, v. 22, nº 3 (87), jul./set., 2002. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/87-10.pdf>>. Acesso em: 22/02/2019.

**BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil (1930-1983)**: São Paulo: Brasiliense, 15ª ed. 1987.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: Editora 34, 5ª ed. 2003, capítulo 20. Disponível em: <[http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/7551\\_Cached.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/7551_Cached.pdf)>. Acessado em: 22/01/2019.

\_\_\_\_\_. O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 20, nº 3, p. 5 – 24, jul./set. 2006. Disponível em: <[https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser\\_-\\_novo\\_desenvolvimento\\_e\\_a\\_ortodoxia.pdf](https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_novo_desenvolvimento_e_a_ortodoxia.pdf)>. Acesso em: 31/01/2019.

\_\_\_\_\_. Novo desenvolvimentismo: uma proposta para a economia do Brasil. **Nueva Sociedad**, p. 58 – 72, 2010a. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/10.26.Brasil\\_novo\\_desenvolvimentismo-nueva\\_Sociedad.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/10.26.Brasil_novo_desenvolvimentismo-nueva_Sociedad.pdf)>. Acesso em: 03/01/2019.

**BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos; **GALA**, Paulo. Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 30, n.4, p.663-686. out./dez. 2010b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n4/v30n4a07.pdf>>. Acesso em: 15/01/2019.

\_\_\_\_\_. Do antigo ao novo-desenvolvimentismo na América Latina. In: Luiz Carlos Delorme Prado; Rosa Freire d'Aguiar. (Org.). **Desenvolvimento econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Rio de Janeiro: ed. Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, v. 1, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Estado desenvolvimentista, nacionalismo e liberalismo**. 2012b. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/372-Estado-DesenvolvimentistaNacionalismoLiberalismoexLilian.pdf>>. Acesso em: 16/01/2019.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de Economia Política**. v. 36, nº 2 (143), p. 237 - 265, abr./jun., 2016. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/143-1.PDF>>. Acesso em: 17/01/2019.

**CARONE**, Edgard. O PCB (1963 à 1964). São Paulo: ed. Difel, 1986.

**CHESNAIS**, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: ed. Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)**, v.1, n. 1, Rio de Janeiro, 1997, p. 7 – 34.

\_\_\_\_\_. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: ed. Boitempo, 2005.

**DREIFUSS**, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: ed. Vozes, 3ª ed., 1981.

**DUMÉNIL**, Gerard; **LÉVY**, Dominique. “Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo”. IN: **DUMÉNIL**, Gerard; **LÉVY**, Dominique (org.). **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo e Campinas: ed. Xamã e CEMAR, 2003, p. 15-41.

**FERNANDES**, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1968.

**FONSECA**, Pedro César Dutra. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. 2004. Disponível em: <[http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/genese\\_e\\_precursores\\_do\\_desenvolvimentismo\\_no\\_brasil.pdf](http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/genese_e_precursores_do_desenvolvimentismo_no_brasil.pdf)>. Acesso em: 05/02/2019.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. **IPEA (texto para discussão)**, Brasília, 2015. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2103.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2103.pdf)>. Acesso em: 05/02/2019.

\_\_\_\_\_. O projeto desenvolvimentista no Brasil: histórico e desafios da atualidade. **Cadernos do Desenvolvimento**, v.11, nº 19, p. 117 – 128, jul./dez. 2016. Disponível em: <[http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/7/pdf\\_1](http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/7/pdf_1)>. Acesso em: 01/02/2019.

**FONSECA**, Pedro César Dutra; **MOLLO**, Maria de Lourdes Rollemberg. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política**. v. 33, nº 2 (131), p. 229 - 239, abr./jun., 2013.

**HOBBSBAWN**, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2ª edição, 41ª reimpressão, 2009.

**IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 5ª edição, 1991.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). 4º trimestre de 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 07/03/2019.

**MIGLIOLI, Jorge. Globalização uma nova fase do capitalismo?** 1999. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/debate16Debate5.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/debate16Debate5.pdf)>. Acesso em: 25/09/2018.

**PAZELLO, Ricardo Prestes; FERREIRA, Pedro Pompeo Pistelli.** Tática e Estratégia na teoria política de Lênin: aportes para uma teoria marxista do direito. **Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas.** Ano XII, nov./2017, v.23, n. 2. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.03513335253590099.pdf>>. Acesso em: 25/02/2019.

**PIJL, Van Deer. Transnational Classes and International Relations.** Londres: ed. Routledge, 1998.

**Partido Comunista Brasileiro (PCB).** Declaração sobre a Política do PCB. mar. 1958. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>>. Acesso em: 10/01/2019.

**POULANTZAS, Nico. As classes sociais no capitalismo de hoje.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

**PRADO JÚNIOR, Caio Prado. História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro.** São Paulo: ed. Brasiliense, 2001.

**PRESTES, Anita Leocádia. Da insurreição armada (1935) à “união nacional” (1938 – 1945): A virada tática na política do PCB.** São Paulo: ed. Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. Algumas considerações preliminares sobre o papel de Luiz Carlos Prestes à frente do PCB no período 1945 a 1956/1958. **Crítica Marxista**, São Paulo, ed. Revan, v. 1, n. 25, 2007, p. 74 – 94.

\_\_\_\_\_. **Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990).** Ed. Expressão Popular, 1ª ed. 2012, São Paulo.

**OLIVEIRA, Raphael Rodrigues de. Do antigo ao novo-desenvolvimentismo: aspectos históricos e críticos a ideologia do desenvolvimento no Brasil (1930-2014).** Trabalho de Monografia, 2014. 102 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

\_\_\_\_\_. **“Nova burguesia nacional” nos Governos Lula e Dilma?** Uma crítica às teses de Armando Boito Júnior (2003-2013). Vitória: UFES, 2016 (Dissertação de Mestrado em Política Social UFES). Disponível em: <[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_10496\\_RAPHAEL%20RODRIGUES%20DE%20OLIVEIRA.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_10496_RAPHAEL%20RODRIGUES%20DE%20OLIVEIRA.pdf)>.

\_\_\_\_\_. **“Novo-Desenvolvimentismo” no Brasil: gênese, ascensão, e queda. XXIII Encontro Nacional de Economia Política.** Niterói. Disponível em: <<https://www.sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Aea%202/22.pdf>>. Acesso em: 12/02/2019.

**SAMPAIO JÚNIOR, Plínio Soares de Arruda.** Entre a Nação e a Barbárie: Uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente. Campinas, 1997. 295 f. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

\_\_\_\_\_. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: Hoyos Vásquez, G. (Org.). *Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía.* Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 1ª ed., 2007, p. 143-155.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.112, 2012, p. 672-688. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/04.pdf>> Acesso em: 15/02/2019.

**SKIDMORE, Tomas Elliot. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964).** Ed. Paz e Terra, 10ª edição, 1992, São Paulo.

**STALIN, JOSEPH. Sobre os fundamentos do leninismo.** Ed. Vitória, v. 6, 1954, cap. 7. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/stalin/1924/leninismo/cap07.htm>>. Acesso em: 01/02/2019

**TROTSKY, LEON.** O terceiro período dos erros da Internacional Comunista. **The Militant.** 25 jan./22 fev. 1930. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/01/08.htm>>. Acesso em: 01/02/2019